

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO



Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representada por Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) Sport Operário Marinhense, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua 25 de Abril n.º 30, 2430-313 Marinha Grande, NIPC 501 417 702, representada por Carlos Fernando Esperança Reis Carvalho na qualidade de Presidente e Jorge Manuel Correia Castanho, na qualidade de diretor, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

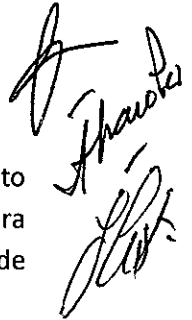
- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- c) Compete às Autarquias locais a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos de acordo com o artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) Os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro
- e) As entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- f) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pela entidade beneficiária com vista a promover a atividade física para a 3.ª Idade, maioritariamente a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativos.

2 – O programa de desenvolvimento da atividade física para a 3.ª Idade, que constitui anexo ao presente contrato e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



Cláusula 2.ª

Obrigações do segundo outorgante

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa de desenvolvimento desportivo anexo a este contrato;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar todos os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, até ao dia 1 de março do ano seguinte, um relatório final sobre a execução do contrato-programa;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Dar conhecer aos seus associados, dirigentes e atletas a celebração deste contrato programa.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

O presente contrato vigora pelo período de 12 meses, com início em 1 de janeiro de 2014 e termo em a 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 – Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 1.500,00€ euros (mil e quinhentos euros).

2 – A participação financeira corresponde a 100% do valor global dos custos previstos para a execução do programa de desenvolvimento desportivo.

3 – Eventualmente a componente financeira não abrangida pelo n.º anterior é assegurada pela entidade beneficiária.

4 – A comparticipação é liquidada até 15 do mês de Setembro de 2014.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior a entidade que pretende beneficiar de apoios financeiros deve prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.

6 – O pagamento da comparticipação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

7 – A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica 040701; cabimento n.º 1637 e compromisso n.º 1618 de 11/07/2014;

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo de execução

1 – O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.

2 – A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

Cláusula 6.ª

Revisão

O presente contrato pode ser modificado ou revisto nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 7.ª

Suspensão

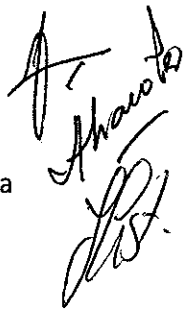
Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

Cláusula 8.ª

Cessação

1 – A vigência do presente contrato cessa:

- a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
- b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;



- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2ª ou o n.º 2 da cláusula 5ª.

2 – A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula 9.ª

Direito à restituição

É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula 10.ª

Publicidade

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula 11.ª

Omissões

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

Cláusula 12.ª

Efeitos

1. O presente reporta os seus efeitos à data, de 1 de janeiro de 2014.
2. O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação de Câmara Municipal de 3 de Julho de 2014.


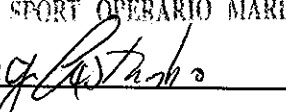
Marinha Grande, 28 de JULHO de 2014



(Primeiro Outorgante)

 SPORT OPERÁRIO MARINHENSE


(Segundo Outorgante)

 SPORT OPERÁRIO MARINHENSE


(Segundo Outorgante)



Formulário de Candidatura

Programa de Funcionamento da Actividade Física 3.ª Idade

Carimbo de Registo de Entrada

Ano: 2014

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:

- 3 JUL. 2014

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Dados da Entidade:

Nome Completo: SPORT OPERÁRIO MARINHENSEN.º Contribuinte: 501417702Telefone: 244 503984Fax: 244 503324

Telemóvel: _____

E-mail: geral@operariomarinhense.comMorada: RUA 25 DE ABRIL, Nº 30Código Postal: 2430-313 Marinha GrandeNome responsável: CARLOS CARVALHONIB:

0	0	4	6	0	2	0	5	0	0	6	0	0	0	1	5	1	3	0	3	1
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Objecto Social / Natureza da Entidade:

O Sport Operário Marinhense é uma instituição recreativa, cultural e desportiva com particular destaque nas áreas de teatro, música, dança, voleibol e xadrez, na promoção de espetáculos, exposições, conferências, entre outros.
É uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos.

Principais Actividades Desenvolvidas:

O S.O.M. promove diversas actividades de carácter cultural: espetáculos, exposições, conferências, ... desenvolve também actividades de música, dança, fitness, yoga, tai-chi, pilates, actividade física para 3ª idade, voleibol, xadrez e canto coral.

Experiência de Desenvolvimento de Actividade com Idosos:

Não: Sim: Qual: ACTIVIDADE FISICA PARA A 3ª IDADE.(VÁRIOS ANOS)

OUTRAS INFORMAÇÕES

Dados do responsável pela actividade (Professor):

Nome Completo: ANABELA DE JESUS ALVES CANTANHEDE

Habilitações Literárias: CURSO INSTRUCTOR FITNESS

Idade: 42 ANOS Telemóvel: _____

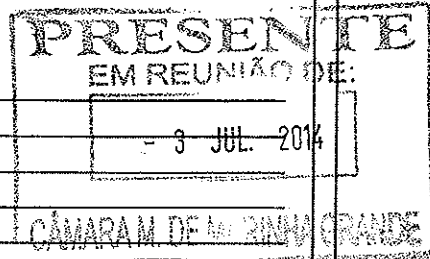
Profissão: Instrutora fitness/MONITORA DE GINASTICA 3ª IDADE E INFANTIL

Dias e Horário da actividade:

Dia(s) da Semana(s) TERÇAS E QUINTAS FEIRAS

Horário: das 17 h 30 m às 18 h 30 m

Outras informações:



O requerente assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exactidão de todas as declarações e documentos constantes deste formulário de candidatura. Falsas declarações implicam o indeferimento do processo.



Data: 21/04/14 Assinatura (s): _____

A PREENCHER PELA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

DOCUMENTOS APRESENTADOS

- a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pela Segurança Social;
- b) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pelas Finanças;
- c) Relatório e contas actualizado;
- d) Acta da assembleia-geral de aprovação das contas;
- e) Comprovativo do NIB mencionando o nome da entidade (ex. extracto bancário).

(ficam dispensados da apresentação destes documentos as entidades cujos documentos já estejam na posse da Câmara Municipal)